cgee
Centro de Gestão e Estudos Estratégicos
Ciência, Tecnologia e Inovação

Série Debates: A Questão da Água no Nordeste

Tema 5: Gerenciamento Integrado de Recursos Hídricos

Relatório Síntese

Antonio Rocha Magalhães

Brasília, DF
Dezembro, 2008

Série Debates: A Questão da Água no Nordeste

Tema 5: Gerenciamento Integrado de Recursos Hídricos

Relatório Síntese

Data: 10 de dezembro de 2008
Horário: 9h às 17h30

Local: ANA – Agência Nacional de Águas
Sala de Vidro, Térreo
Setor Policial, Área 5, Quadra 3, Bloco B, L e M
Brasília, DF

Debate V realizado em 10.12.2008

Relatório Síntese

1. Introdução

Dentro da Série de Debates sobre A Questão da Água no Nordeste, promovida pelo CGEE e ANA, foi realizado em 10.12.2008, na sede do CGEE, o V Debate, que teve como tema geral: ***Gerenciamento Integrado de Recursos Hídricos. Evolução Institucional no Brasil e nos Estados. Principais Desafios. A importância do gerenciamento dos recursos hídricos para o desenvolvimento do Nordeste O Gerenciamento da Bacia do Rio São Francisco.***

O tema específico do Debate IV foi: **Gerenciamento Integrado de Recursos Hídricos no Nordeste.**

Relatório detalhado do Debate está sendo preparado pelo Relator do evento, Francisco de Assis Souza Filho.

2. Agenda Final

A Agenda Final do evento consta do Anexo. Pequenos ajustes continuaram a ocorrer ainda durante o evento.

3. Participantes

Além dos especialistas convidados, cujos nomes constam na Agenda, o evento contou com a participação de diretores e funcionários da ANA, do CGEE e de outras instituições. O encontro foi muito rico de conteúdo e de participação.

4. **<u>Sintese</u>**

Abertura: 9h (Representantes da ANA e CGEE)

Bruno Pagnoccheschi, Diretor ANA

A reunião foi aberta pelo Diretor da ANA, Bruno Pagnoccheschi, que deu a todos as boas vindas, agradecendo por suas presenças. Justificou ausência do Presidente José Machado e desejou bom trabalho para todos.

Antonio Carlos Galvão, Diretor CGEE

O Diretor do CGEE, Antonio Carlos Galvão, mencionou que esta série de debates deixará um registro importante sobre a questão da água no Brasil. Agradece a presença de todos. O tema de hoje – gerenciamento integrado – é um tema central. Esperamos poder contribuir para uma mudança de cenário sobre essa questão no Nordeste. Encaminhar soluções para essa questão tão importante.

Sessão I: 9h30 – 11h

> ***Gerenciamento Integrado de Recursos Hídricos. A Experiência Brasileira: aspectos legais e institucionais; instrumentos para o gerenciamento integrado. Desafios.***
>
> **Moderador:** Antonio Carlos Galvão, CGEE
>
> **Palestrante:** Benedito Braga (ANA)

Apresentação sobre desafios. O que é gestão integrada de recursos hídricos? Cada especialista tem uma visão diferente. O tema veio à tona pela primeira vez em 1977, na Conferência da ONU em Mar Del Plata. Complexidade aumentou a partir dos anos 90.

O que é integrar? Integrar objetivos que não são mutuamente exclusivos, diferentes tipos de usos de água, água e meio ambiente, saneamento básico, interesses de diferentes atores, national, regional, internation etc.

Um grupo de profissionais ligados ao global water partnership “reinventou” a gestão integrada. Vamos adotar a definição da GWP (ver slide). Um processo que promove o desenvolvimento e gerenciamento coordenado da água, solo e outros

recursos correlatos, no sentido de maximizar de forma equitativa, o resultante bem estar econômico e social sem comprometer a sustentabilidade dos ecossistemas vitais.

Definição do Braga: Planejamento e gestão de recursos hídricos deve considerar os usos múltiplos da água no âmbito da bacia hidrográfica; objetivos múltiplos (social, econômico, ambiental); coordenação com outros setores e níveis de governo (planejamento nacional e regional): este é o fulcro da gestão integrada; envolvimento de todos interessados em um processo decisório participativo e transparente.

Oferta de água no Brasil. 12 regiões hidrográficas. Temos de 12 a 18% da disponibilidade de água doce do mundo, dependendo se consideramos somente o território nacional ou também os países vizinhos. Falou sobre as provincias hidrogeológicas. Água subterrânea representa ¼ da disponibilidade superficial = reserva estratégica. É preciso incorporar o tema da água subterrânea na gestão integrada dos recursos hídricos. Essa integração é difícil, os profissionais são de diferente natureza, os interesses são diferentes, mas é necessário.

Falou sobre a distribuição de água no país, mostrando a grande divergência, com estados bem dotados e outros em situação crítica, como Paraíba e Pernambuco.

A demanda vem aumentando muito. A população urbana passou de 19 milhões em 1950 para 150 milhões em 2008. Hoje estamos com 90% de suprimento em áreas urbanas, com grande variação. Menos de 30% dos esgotos são coletados e tratados. Não vamos cumprir a meta do milênio sobre o assunto. É preciso melhorar o saneamento.

Setor elétrico: predominância hidro. O Brasil tem sido criticado por construir grandes hidrelétricas porque afetam o meio ambiente, mas elas afetam o meio ambiente local. É diferente das usinas a carvão ou óleo que causam impactos globais. A proliferação de usinas nucleares tem dois problemas: o lixo atômico e o plutônio (que dá acesso a armas nucleares). A capacidade da Amazônia, de 111 mil megawatts, pode ser transferida para o resto do país via sistema de distribuição. Não há problema de gerar energia hidráulica na Amazônia.

Irrigação: potencial de 29 milhões de ha. Esperança de que o tema vai decolar. Temos apenas aproveitamento de 6% da área passível de irrigação. Maior parte é do setor privado. A agricultura irrigada cresceu em médio 3,3% na década de 70 (depois retrocedeu).

Navegação: apresentou os principais corredores de navegação fluvial brasileira. Temos poucos projetos neste setor. Promover a navegação é essencial para o desenvolvimento do país. Existe um grupo de trabalho coordenado pela ANA com vários ministérios sobre o assunto. O setor de transportes tem de ser considerado no planejamento do uso da água – a questão das eclusas. A única hidrovia em funcionamento efetivo é a Tietê-Paraná.

Aqüicultura e pesca. Trabalhando para autorizar o uso dos reservatórios para aqüicultura. O potencial é de produzir 16 milhões de toneladas de peixe por ano, utilizando 1% do espelho d'água.

Turismo e lazer também são importantes.

Comparação entre demanda e disponibilidade. Quando maior que 20%, já estamos em situação crítica. Apesar de ter 12% da água doce do mundo, há um problema de distribuição. Tem excesso na Amazônia, falta nas outras regiões. Situações críticas na bacia do Atlântico e outras, em função da quantidade e também da qualidade da água, que inviabiliza usos mais nobres. Isso requer gestão e infra-estrutura (no setor de saneamento). Fez referencia ao programa Prodes, da ANA. Possibilidade de vir a contar com 350 milhões de reais por ano (articulação ANEEL-MMA).

Desafios da GIRH:

- Usos múltiplos de recursos hídricos
- Uso eficiente e eficaz (regulação + cobrança)
- Planejamento articulado com setores usuários
- Participação pública – necessita capacitação
- Descentralização – SINGREH. A ANA trabalha com os Estados
- Gestão por bacia hidrográfica. Difícil, num país federativo. Temos de trabalhar essa agenda de forma coordenada. A União só tem domínio

sobre as águas que cruzam mais de um estado ou fazem fronteira com países estrangeiros (ver slide com citação legal). A constituição exige um sistema nacional de gerenciamento de recursos hídricos.

A Lei 9433 institui a Política Nacional de Recursos Hídricos, mas ainda não falava sobre uma Agencia Nacional de Água. A Lei 9984 criou a ANA. Falou sobre a questão da superposição de atribuições entre a SRH, a ANA e o CNRH. Seria preferível deixar ao CNRH uma questão maior de pensar o País.

Bacia Hidrográfica e Federalismo: convênios de integração e convênios de cooperação com os estados.

O Brasil está avançando na gestão integrada da água. Exemplos das bacias do Paraíba do Sul e PCJ. Maior volume de outorga: irrigação. É preciso articular a outorga de água subterrânea e superficial, para evitar “dar um cheque sem fundos”, isto é, outorgar duplamente a água (quando há comunicação entre água subterrânea e superficial). Existe no Senado Federal uma PEC sobre água subterrânea, fazendo o mesmo tipo de exigência em relação a água superficial.

Conclusão: gestão executada por diferentes níveis de governo; autonomia administrativa e financeira (por isso é importante que a ANA continue sendo agencia reguladora, tendo seus diretores com mandato). Desafio: trazer a água subterrânea para a discussão. Melhorar o conhecimento da hidrogeologia, sistemas agrícolas, como interagem com sistemas superficiais. Necessidade de grande articulação entre ANA e entidades federadas. Fortalecer os órgãos gestores estaduais. Cadastro e cobrança são fundamentais para a sustentabilidade do sistema. Fundamental ter o conhecimento de quem usa a água, quem polui a água. Questão: como articular com o setor ambiental no tema da outorga de efluentes? Conflito entre a 9433 e a Lei Ambiental.

Comentários:

João Bosco Senra (Diretor, SRHU-MMA)

Concorda na integração das águas subterrâneas e superficiais, e também as águas de chuvas. A captação de água de chuva pode ser útil para o

abastecimento humano. Requer mudança de cultura da engenharia, renaturalizar córregos que foram canalizados. A área de drenagem pode ser um gargalo, com alto custo de investimento. Então, importante integrar água subterrânea e água de chuva. Outra questão: integrar quantidade e qualidade. Fundamental para gestão integrada. É preciso avançar no enquadramento dos corpos de água, conforme resolução do CNRH. Outro desafio são os múltiplos usos: o trabalho da intersetorialidade. Integrar políticas setoriais pode ser possibilitado pela água.

Referência ao caso da reserva Raposa-Serra do Sol: no fundo, duas culturas de uso da água, a dos índios e a dos arrozeiros. Importante também integrar gerenciamento costeiro e gerenciamento de recursos hídricos. As águas que chegam à costa chegam poluídas. As políticas são separadas. Sobre cobrança de água: os estados do Paraná e Rio Grande do Sul vedam a cobrança aos agricultores. Os comitês de bacia são espaço importante dessa articulação, mas a situação ainda é precária em algumas regiões. Precisamos construir uma política de Estado, não de governo. A Política de Recursos Hídricos sinaliza nessa perspectiva: planos, conselhos, comitês, órgãos de estado. Precisamos ainda avançar muito. No Brasil, temos 160 comitês criados, porém muitos ainda não se encontraram, desafios de capacitação, alguns atuam como ONGs, ou como braços de governo, ou são dominados pelo setor usuário. Na verdade, devem contemplar os vários atores do sistema numa perspectiva de longo prazo. Importante que os Planos são o primeiro instrumento da lei: temos de começar planejando. Importante construir cultura de planejamento. Plano, Bacia: Pacto, com metas, com resultados, com visão, incorporando diversidade regional de cada situação.

Desafios: avançamos muito na ANA, porém pouco na SRH e no CNRH. Em julho vencem os contratos temporários, a equipe vai ser reduzir em 50%. Há falta de estruturação institucional nos estados. O CNRH fez 10 anos agora, vem num processo de avanços. São 57 membros, inclusive da sociedade civil. Trabalha na perspectiva de melhor qualificação. Fazer seminário para pensar os próximos 10 anos do Conselho.

Outro desafio: avançamos muito nos contratos de gestão, mas ainda não temos o contrato de gestão da ANA com o MMA.

O PNRH buscou o trabalho na perspectiva da gestão integrada. O grande desafio é o da implementação. Na próxima semana, o CNRH vai examinar o primeiro relatório de implementação do Plano (ações da ANA e da SRHU). O Plano está sendo implementado. São previstas revisões a cada 4 anos.

Cobrança e cadastro: importante avançar nesses assuntos. Em cobrança, há várias iniciativas, como os casos de Ceará e São Paulo.

Debates

Galvão: não há um sistema de meio ambiente na constituição, e nem um sistema de planejamento. Um dos grandes desafios é a relação entre cidades e água. A constituinte atribuiu poder à instância municipal. Pergunta se há avanços na questão do ordenamento do território nessa perspectiva de recursos hídricos.

Hypérides: quando implementamos a primeira lei no Ceará, antes da lei federal de água, havia consenso entre os juristas de que a água é federal. Porém, em território imenso como o Brasil, e o aspecto liberal da constituição, toda essa legislação é questão aberta, a ser discutida entre os entes federados. Há o direito concorrente e o direito paralelo dos estados legislarem em paralelo ou de forma concorrente com a União, até que uma decisão federal não venha contrapor essa decisão. Então, os estados devem avançar nessa questão, criando condições para que a legislação se adapte às características de cada região.

Bruno: o cadastro de usuários é fundamental, mas a forma de fazer o cadastro pode suscitar questões. Hoje: cadastro de usuários da bacia do São Francisco. Pretendia-se que fosse universal. Mas isso é discutível para efeito de cobrança. Ter de usar o cadastro universal atrasou o processo de cobrança, sem que isso fosse necessário.

Raymundo Garrido: sobre a evolução das instituições. A evolução não deve promover alterações nos princípios, entre eles o da gestão participativa. A ANA tem um papel nacional na implementação, mas o CNRH é destinado a estabelecer as diretrizes complementares. Deveríamos ter em mente de que o Conselho deve desenvolver essas diretrizes complementares, mas sem invadir a área da agência implementadora da política. Quanto ao Conselho, tem de ter uma limitação para o seu tamanho, para não prejudicar o processo de decisões.

Questiona o tamanho do Conselho. Por outro lado, a ANA está no Conselho, que é aberto aos membros da sociedade civil.

Dalvino: considerar o açude do Castanhão no seu potencial para aqüicultura. Incluir também as hidrovias do Rio Madeira e Araguaia-Tocantins. Importante discutir a questão das eclusas nos rios efetivamente navegáveis. ANA deveria monitorar os planos de contingência dos reservatórios. Sobre o Conselho: é o fórum principal para garantir a equidade na gestão dos recursos hídricos. Importância da gestão integrada da bacia como um tudo: o Conselho deve ser o fórum político. Evolução das instituições: ANA trabalhando com SRHU – importante fortalecer estruturas estaduais, para que façam concursos públicos.

Demétrios: Conceitos – as vezes são difíceis. Como Pernambuco tem crise de água quando tem o São Francisco? E o Distrito Federal, que não tem rios? Vazão ecológica: o que importa é qualidade, quantidade, e oportunidade. O fluxo também é importante. Sugere que a ANA inicie trabalho nessa questão. Ocupação do território: 70% da água urbana cuidada pelo Estado, e 30% pelos municípios. Interface do estatuto da cidade com a lei 9433. Ao autorizar uma ocupação, a oferta de água é afetada. Prioridade nos instrumentos da gestão: cobrança é o único que pode não ser utilizado, e necessita dos outros quatro instrumentos. Então, não dá para iniciar pela cobrança, é preciso saber onde cobrar e porque cobrar. Ter um sistema cada vez mais capaz, mais integrado. Uso múltiplo integrado e oferta múltipla integrada: é preciso considerar os dois.

Beekman: sobre a questão da distribuição da água no território e a localização da demanda de água. Questão da dessalinização: deveria ser incluída no contexto do planejamento.

Braga: o cadastro é imprescindível, para fazer a cobrança. Concorda que o CNRH tem de emitir diretrizes complementares, mas também discutir as questões nacionais. Todas as instituições são dinâmicas e precisam ter *check-points* ao longo do tempo. Concorda que dessalinização é importante, mas os custos ainda são muito altos. Sobre vazão ecológica: a ANA está criando um grupo de trabalho com multirepresentação para discutir qual é a vazão mínima do São Francisco. Sobre o hidrograma ecológico: os ecologistas dizem que podemos construir a barragem desde que não altere a vazão a jusante. Mas como?

João Bosco: o Ministério das Cidades estabeleceu a necessidade dos planos de saneamento (nacional, municipal), levando em conta os planos de bacias. Isso criou um espaço para articulação MMA-MC. Concorda que muitas resoluções do Conselho se referem ao seu próprio funcionamento. Porém aprovou o seu Plano Nacional de Recursos Hídricos. Como o Plano Nacional deve balizar as ações do Conselho Nacional? Importante integrar a política ambiental com a política de recursos hídricos.

Coffee break: 11h às 11h15

Sessão II: 11h15 às 13h

Gerenciamento de Recursos Hídricos como Instrumento para o Desenvolvimento Sustentável do Nordeste

Moderador: Gertjan Beekman, IICA

Passou a palavra ao palestrante.

Palestrante: Vicente Vieira (UFC)

Agradece o convite para a reunião. Começou definindo desenvolvimento sustentável: processo permanente de ampliação e/ou melhoria do capital econômico, social e ambiental, conduzido harmonicamente e equanimemente distribuído no espaço e no tempo. Condições de sustentabilidade: fraca e forte. Sustentabilidade hídrica: água é um bem econômico, social e ambiental. Condição de sustentabilidade: Oferta > Demanda (quantidade e qualidade). Desafios do desenvolvimento sustentável: a) reconhecer e gerenciar a complexidade para alcançar a integração, e b) reconhecer e gerenciar as incertezas, para alcançar a segurança. Complexidade e incerteza se interligam. Gestão integrada: qualiquantitativa, águas subterrâneas e superficiais (a regulatória é a mais difícil), sistemas hídricos e socioambientais, estuários e zonas costeiras, bacias e áreas metropolitanas, hidrometeorologia, intergeracional, usos e objetivos múltiplos. A bacia hidrográfica é a unidade principal de gestão, mas não deve ser a única. Melhor pensar no sistema que está em jogo, trabalhar com a visão sistêmica.

Descentralização: níveis de poderes, deveres e controles, planos diferenciados, conciliação de prioridades, parcerias. A União e os Estados precisam ter os seus controles.

Participação: abrangência, representatividade, legitimidade, nível educacional e cultural, interferências indevidas, comunicação e motivação social.

A necessidade de indicadores: índices de desenvolvimento sustentável (econômicos, sociais, ambientais) e índices de gestão hídrica sustentável (indicadores de integração, de descentralização, de participação). Sugere o estabelecimento de indicadores. Índice de governança hídrica: visão estratégica, controle social, eficácia, sustentabilidade política, solidez institucional, segurança hídrica. Exemplo de um índice de gestão hídrica sustentável, feito em Fortaleza em um curso de recursos hídricos. Índice de Gestao Sustentável do Ceará. Foi calculado então o índice de sustentabilidade da gestão hídrica do Ceará: 0,52.

Sugestões:

- Revitalizar planejamento regional
- Agenda 21 para o Nordeste
- PNRH para o Nordeste, gestão sustentável de recursos hídricos no semi-árido
- Institucionalizar forum regional de água no Nordeste
- Elaborar plano de recursos hídricos para o nordeste
- Introduzir gerenciamento de risco como instrumento permanente de planejamento e gestão
- Estudo de índices regionais de gestão/governança hídrica
- Preparação para mudanças climáticas

O grande problema da gestão integrada é a integração da gestão em todos os níveis. Integrar as políticas públicas em geral. Questão da Governança: muito importante. Uma visão mais ampla. Em um país onde temos de 12 a 18% da água do planeta, não se pode dizer que a água seja um fator importante ao desenvolvimento. Também no Nordeste. O Brasil tem obrigação de demonstrar

que a água não é um fator limitante para o desenvolvimento do Nordeste. Tem de resolver: integração de águas, dessalinização, etc.

Comentários:

Raymundo Garrido (BA)

Já viu antes estudos sobre indicadores, mas agora viu uma apresentação mais ampla feita pelo professor Vieira, incluindo a questão da governança. A seca é um problema, mas também as enchentes (exemplo do Vale do Itajaí-SC). Pergunta sobre os critérios para chegar ao índice do Ceará, e sua decomposição. Propõe que faça discussões sobre resultados, por exemplo, se a qualidade da água está melhorando. Que possamos oferecer sugestões concretas para melhorar o gerenciamento.

Hypérides Macedo (CE)

Fez comentários sobre os tipos de solos em várias regiões. No sul, há regiões homogêneas, mais fácil de planejar porque o solo tem a mesma qualidade e a água é bem distribuída. No Nordeste, é um mosaico em cada lugar, com vários tipos de solos e dificuldades de acesso a água (apresentou slides com desenhos sobre isso).

A importância de integrar as várias coisas no mesmo lugar: água, solos, infra-estrutura. Foram feitas 40 barragens de porte médio no Ceará, distribuindo melhor a água. Agora, estamos no terceiro ano de seca mas não se houve falar em seca no Ceará. A adutora é o instrumento mais poderoso de gestão hídrica no semi-árido, porque leva água aos consumidores. Cada barragem tem um sistema de adução. A mortalidade infantil diminuiu, está abaixo da média nacional. A migração acabou: o Estado recebe mais gente do que exporta. Tem de colocar as pessoas perto da água e sobre solos bons. As manchas de tabuleiro tem bons solos, profundos. O canal da integração passa por boas manchas de solos, partindo do Castanhão. A integração de bacias é uma resposta importantíssima. Mostrou exemplo da adutora de Jucazinho (comparando com o metro de Londres, no desenho). Nas secas antigas, o primeiro que morria era o boi. Hoje não tem mais ossada de boi. Diminuiu, com a política de água, a “curva” de pecuária no Ceará. Não tem carro pipa prá boi porque ele não tem título de eleitor e nem voto.

Debates

Beekman: indicadores têm sido um tema nas três grandes convenções do Rio. Há preocupação em estabelecer o que seria um baseline comum, em termos de indicadores. O que é indicador e o que é índice? É preciso conceituar. O indicador é uma forma simplificada de expressar uma idéia complexa. Não perder de vista as referências.

Alex Baltar: questão da concentração da população, que exige resolver o problema da água e transposições. A questão metropolitana ainda passa à margem dos debates da comunidade de recursos hídricos. Segundo ponto: planejamento. Está dissociado da questão econômica. Muitas decisões serão na linha do “good enough”: refazer um plano estratégico, rever planos de bacias. Exemplo de decisões que já foram tomadas e que ainda não têm projetos, como a transposição do São Francisco – a questão da distribuição local.

Garrido: referência ao comentário do Hypérides sobre a questão do boi, que já não morre mais. Isso significa que não precisa mais do eixo norte da transposição do São Francisco. A segurança hídrica promovida pela rede local deve ser suficiente para o semi-árido: o problema pode ser resolvido sem precisar de uma grande obra de engenharia como a transposição do São Francisco.

Otamar: o Prof. Vieira avançou sobre o trabalho que ele fez com a equipe dele no Projeto Áridas. Os indicadores são interessantes, mas é preciso saber se há levantamento sistemático de estatísticas das variáveis que compõem os indicadores. Indicador só é bom se a estatística estiver disponível. Participação, não participatite. Os participantes devem ter capacidade de representar instituições que podem ter interesses capazes de se generalizarem. A Chuva e o Chão na Terra do Sol, livro de Hypérides Macedo, trata dos temas que ele mencionou hoje aqui com muita profundidade.

Cirilo: sobre a integração dos secretários de recursos hídricos do Nordeste: o Fórum de secretários está funcionando novamente, houve reunião recente com os secretários de planejamento dos Estados, desenvolveu pauta sobre o assunto. Discorda do Hypérides sobre o boi não votar: estamos em nova fase de seca, os carros pipas agora tem de levar água para o gado também.

Dalvino: sobre assentamentos de reforma agrária em cima de pedra, citados por Hypérides. A ANA fez trabalho junto ao MDA e INCRA para fazer avaliação de disponibilidade hídrica nos assentamentos de reforma agrária do semi-árido. No Piauí e Ceará existem perímetros que não têm água, nem para as pessoas nem para animais. Preparar diagnóstico técnico, se necessário levar água de outros lugares ou deslocar esses assentamentos. Sobre a segurança hídrica no Ceará: precisa ter possibilidade de realimentação em anos de crise. A água atual seria suficiente se sistematicamente houvesse chuvas. Sobre a proposta do Otamar: poderia receber propostas de livros para publicar pela ANA.

Intervalo para Almoço; 13h às 14h

Sessão III:14h às 15h30

O Gerenciamento Integrado da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco

Moderador: Geraldo José dos Santos (Vice Diretor, IGAM-MG)

Minas Gerais é o grande recolhedor das águas do Rio São Francisco.

Palestrante: Wilde Cardoso Gontijo Junior, ANA OK

Quais os caminhos a serem perseguidos para o gerenciamento integrado da bacia do São Francisco. Roteiro: A Bacia do SF e a Federação, O Gerenciamento da Bacia, O Sistema Nacional de Gerenciamento, e Agenda Institucional da ANA. Apresentou mapa da bacia do São Francisco. A Bacia do SF é ao mesmo tempo de dominio da União e dos Estados. Domínio – Competência – Responsabilidade – Participação descentralizada. A utilização da água não é por si só suficiente para definir o desenvolvimento econômico. A bacia é complexa, várias situações (ver o mapa apresentado). Isso tem muito reflexo sobre o gerenciamento, especificando as características regionais. As condições de PIB e IDH: baixo, médio e alto na bacia. Perguntas: qual o sistema de gerenciamento?

Historicamente, o gerenciamento foi feito por DNAEE, CHESF e CODEVASF. A primeira tentativa de integração foi com a criação do CIBH, com o CEEVASF – Comitê de estudos do Vale do SF. Não conseguiu. Antes da 9433, alguns estados começaram a se estruturar, criando suas leis próprias e instituições próprias. O

art. 33 da 9433 diz: “integram o Sistema Nacional de Gerenciamento”: o CNRH, a ANA, os Conselhos dos Estados, os Comitês de bacias, os órgãos dos poderes públicos, as agências de água. Segundo grande desafio: fazer com que o gerenciamento enxergue a complexidade hídrica, econômica, ambiental. 3 componentes: Política de Água, Outorgantes. Grande gargalo: o Comitê e a Agencia de Bacia.

O CBHSF foi criado em 2002. Imaginávamos que tivesse área de atuação e competência não conflitantes. Aos poucos o Comitê foi tendo sua competência minada. Foi criado o Comitê da Bacia do rio Verde Grande. O Estado de Minas tornou mais forte o processo de criação de comitês: 8 comitês. Com isso, a área de atuação efetiva do CGHSF fica cada vez menor, na prática. A Bahia criou 2 comitês, que estão funcionando. E Alagoas criou o comitê da bacia do rio Piauí. Recentemente se instalaram mais 3 comitês de bacia no Sobradinho, no Grande e no Corrente. E em MG existe processo para o comitê de Parinhanha e o de Paramirim. Restam: DF, Goiás, Sub-médio e um pouquinho do baixo SF. Como fazer a interface? As autonomias?

Alternativas: um Comitê Único não é mais viável. Um Comitê Regulador: também não. Resta pensar em um comitê que possa fazer a integração com os demais comitês da bacia. Há experiências nas bacias de Piracicaba, Paranaíba, mas são bacias menores.

Tipo de Agência: a visão é que essa agencia deveria ser única e que o comitê deveria ser integrador. Essa alternativa está sendo construída. A agenda proposta para a bacia seria constituída de: Agencia; Comitê de Integração; e Pacto das Águas.

A idéia da agência única está avançando: idéia de uma associação civil sem fins lucrativos. Mas a cobrança deve ser instalada para dar sustentação a essa nova entidade. Pactuação em torno do Comitê de Integração e Pactuação dos usos das águas.

Comentários:

Ana Catarina Pires (Secretária de Recursos Hídricos, Alagoas)

Vê também a visão da integração. Não desceu a detalhes de instrumentos. Complexidade (apresentou os números da bacia). Sistema de gerenciamento; Legislação e Políticas; as Disparidades de desenvolvimento econômico e geográficas. Os vários interesses envolvidos. Como gerenciar tantos interesses? Como equilibrar as disparidades, garantir a sobrevivência das pessoas, pacificar os conflitos (a transposição é um deles). Visão de Utopia e Esperança. O gerenciamento integrado da bacia é a utopia. Procurando interagir com os comitês dos afluentes. Estamos fazendo as coisas na contramão: o pacto deveria ter sido criado em primeiro lugar.

Geraldo José dos Santos (Vice-Diretor Geral, IGAM)

Há uma proposta clara, colocada pelo Ilde: o vértice do gerenciamento. Minas coloca no SF 75% de suas águas. O SF é muito importante para MG, quando se olha a sua bacia hidrográfica. A bacia do SF é muito grande: mais de 40% da área do estado.

Comunica que o IGAM foi eleito o melhor em gestão das águas em 2008. Em Minas, há 10 comitês criados em Minas. Todos os tributários estão cobertos por comitês estaduais. Isso representa uma complexidade ainda maior do que em outros estados. MG quer empoderar esses comitês, que eles possam representar as suas bacias hidrográficas. Não quer diminuir a importância desses comitês para essas bacias. São as bacias que precisam ser cuidadas, começando de cima para baixo a gestão das águas. Por isso estão buscando trabalhar os comitês tributários da melhor forma, para que eles possam de fato representar os interesses da bacia menor. Gostaria de reunir esses interesses todos e colocá-los em uma mesma bacia e sair daí com uma uniformidade de tratamento de como trabalhar. MG também é uma bacia e um estado cheio de nuances: semi-árido, mata atlântico, cerrado, caatinga. Precisamos integrar os comitês, mas vamos ter muitas dificuldades para implantar um comitê de integração. Gostaria que os comitês do SF, juntos, pudessem costurar interesses comuns, trabalhos e tarefas no interesse do todo da bacia. Mas não achamos que vamos conseguir, em prazo curto, um comitê de integração que possa resolver essas pendências. Integrar os interesses da bacia com todos os comitês existentes. Estamos exaustos de saber o quão difícil politicamente é fazer essa integração.

Debates

Garrido: complexidade. A Lei 9433, ao falar de integração de conselhos, é inconstitucional. Temos de conviver com os problemas da Federação, especialmente na bacia do SF, que envolve muitos estados. A formação dos comitês das sub-bacias era o caminho natural. Se tiver massa crítica econômica para ter o seu comitê e até a sua agência, que os tenha. A bacia do rio das Velhas representa 50% do PIB da bacia do SF. As bacias menos ocupadas podem não ter o seu comitê, então o comitê único de integração deveria atender a essas áreas. Em Minas, o rio das Velhas já tem sua agência, os demais comitês estão se integrando para terem uma agência única. A ANA, ao interagir com estados e municípios, explora as capacidades de cada um e respeita as especificidades locais. É preciso estimular as áreas distintas, sob o guarda chuva do comitê único com agência única (parece contradição com o que foi dito antes?). A força motora vem da cobrança pelo uso dos recursos hídricos. A perenidade da institucionalização da bacia está na cobrança.

José Luiz: pergunta como as especificidades da bacia serão consideradas no instituto da cobrança. Outra questão: o CBSF vai encolhendo com o aparecimento dos novos comitês.

Ana Catarina: discorda das colocações do Ilde, sobre competência minada, atuação restrita. Ao contrário: estamos integrando. Fala de integração de comitês, não de comitê de integração. Concordamos com o que está sendo construído, mas não é uma competência minada. Estamos ampliando as nossas competências.

Otamar: a Lei 9433 não se referia à ANA, foi incluído depois, quando a ANA foi criada.

Wilde: com a criação dos novos comitês, a competência do CBSF vem sendo compartilhada. A evolução da institucionalização dos conselhos do SF vem ao encontro dos problemas reais. Precisamos saber quais os canais de cooperação que virão a ser estabelecidos entre o CGSF e os novos comitês. Que hajam pontos objetivos de relacionamento entre os planos. Defendemos que haja integração institucional na bacia. O formato está em discussão: que haja o debate, que a bacia escolha o formato. Sobre cobrança: pede apoio ao Patrick.

Patrick: apesar de o comitê do SF ter área de atuação de toda a bacia hidrográfica, ele tem competência para deliberar apenas sobre os rios da União: o SF e alguns afluentes. Resta ainda a definição da cobranças nos rios estaduais. As simulações feitas até hoje: metade da arrecadação em rios da união e metade nos rios estaduais (considerando a transposição do SF como de domínio da União). O que defendemos na ANA: que haja harmonização nos critérios para definir valores, isso não implica que os preços sejam os mesmos. Com base nisso, os comitês afluentes definirão mecanismos próprios para suas bacias. Exemplo: o alto SF tem classe de enquadramento mais restritivas, o baixo SF tem classes menos restritivas. Mas os critérios são os mesmos.

Geraldo: temos em mãos algo muito complexo. Estamos em MG com 10 comitês, batalhando para ter as agências. No trecho do SF, trabalhando com os 10 comitês para ter UMA agência. Dadas as carências sobretudo nos trechos mais baixos do rio, esperando que a parte mais alta (e mais rica) possa contribuir, para ter uma agência mais adequada às demandas do SF no Estado. Tem a mesma preocupação nas discussões do CBSF, na definição de cobrança. A menor parte do rio é a que tem maior quantidade de água. Como trabalhar a cobrança numa região com essa? Precisamos vencer os desafios.

Coffee break: 15h30 às 15h45

Sessão IV: 15h45 – 17h30

Painel: Uma Agenda para Avançar no Gerenciamento dos Recursos Hídricos do Nordeste

Moderador: Bruno Pagnoccheschi (ANA)

Painelistas:

José Almir Cirilo (Secretário Adjunto SRH, PE)

Conhecer e educar para avançar: Receita básica para resolver os problemas de hoje e preparação para os problemas de amanhã: investir em monitoramento, pesquisas, projetos; buscar a estabilidade institucional; trabalhar a cabeça das pessoas: educação, formação, capacitação. Temos um déficit de monitoramento.

Com as novas tecnologias, ficamos também mais ambiciosos. Há muito ainda a se pesquisar, mas tem sido feito algum progresso. Hoje o país tem uma massa crítica: exemplo do sistema nacional de formação de recursos hídricos. Temos um déficit de profissionais com (e sem) experiência. Há um déficit de projetos. A rede de monitoramento é muito deficiente no norte e no nordeste (exemplo dos cenários do Inpe sobre mudanças climáticas). O problema da descontinuidade com os governos: falta de estabilidade institucional. ANA tem um papel importante nesse processo.

A educação é o mais difícil, porque é um processo de construção lenta. Os problemas de falta de educação em geral, e ambiental em particular: maior entrave no processo. Há maus exemplos mas também há bons exemplos (mostrou dois casos: um no litoral e um no interior). Caso do projeto re-capibaribe, com 15 anos de trabalho com as comunidades nas margens do rio. É preciso avançar no gerenciamento dos empreendimentos e integrar as políticas públicas. Há problemas de perda de água nos sistemas produtivos, nos sistemas de abastecimento, nas residências. As políticas setoriais não se conversam. Má ou nenhuma gestão do solo rural: ocupação das várzeas e morros de forma desordenada, causando erosão e assoreamento. Conquistar as condições de convivência com as secas. O fórum de secretários de recursos hídricos e planejamento do Nordeste fez uma recomendação ao governo federal para criar um programa “saneamento para todos”.

Francisco Teixeira (Presidente COGERH-CE)

Foco no semi-árido nordestino. A escassez induz a maior preocupação com a gestão da qualidade e da quantidade. Intermitência dos rios. Incerteza das chuvas torna mais complexos os procedimentos de outorga (a outorga é baseada na garantia). Gerenciamento da água e da infra-estrutura hídrica e até dos aqüíferos. Viabilização financeira da gestão decorre do fornecimento de água brua para indústria e abastecimento humano nas RMs. As bacias da RM subsidiam as demais regiões. A cobrança é ressarcimento e também instrumento de gestão, induzindo o uso racional. Natureza jurídica do órgão e forma de cobrança. Caso da Cogerh. Agenda para avançar: busca de operação e manutenção sustentáveis das infra-estruturas hídrica estadual e federal (estados e Dnocs); gestão

sustentável da qualidade da água; gestão sustentável da água subterrânea; implementação dos instrumentos de gestão dos recursos hídricos (outorga, cobrança); gestão da demanda, visando ao uso mais eficiente da água; incorporação de modelos de previsão climática.

Desafios: promover ampla articulação institucional; desenvolver a estruturação dos órgãos gestores; garantir a sustentabilidade legal, institucional e financeira dos sistemas estaduais de gerenciamento; estabelecer o equilíbrio entre estado e sociedade para ensejar a gestão participativa; induzir atividades de valor agregado ao uso dos recursos hídricos.

Paulo Varela, ANA

Sistematizar questões: legais, institucionais, operacionais e infra-estruturais. Os avanços a partir da Constituição de 88: Lei das Águas, legislações estaduais, lei 9433, ANA. Programas como o Proagua. Algumas questões: estamos avançando em ritmo adequado? No Nordeste? Quais resultados? Há sustentabilidade? Existem gargalos? Como está sendo implementada a gestão integrada?

O sistema avança na velocidade possível, mas precisamos de indicadores e metas. Não temos isso, não sabemos onde queremos chegar. Temos de pensar em alguns instrumentos de incentivo econômico. Questão qualitativa preocupa.

Onde estão os gargalos? A 9433 é adequada? Deveríamos analisar melhor as leis estaduais (esse deveria ser um ponto importante da nova agenda). Do ponto de vista institucional: os órgãos gestores estaduais, eles têm recursos adequados? Isto é um gargalo. Do ponto de vista operacional: a outorga garante a sustentabilidade hídrica dos empreendimentos está assegurada? Os planos efetivamente guiam as políticas públicas? Cobrança, fiscalização, monitoramente, informações. Questões relativas à infra-estrutura hídrica. Problemas de manutenção da infra-estrutura: um outro gargalo.

Precisamos ter metas específicas: onde queremos chegar. Propõe continuar esta discussão através do Fórum. Sugeriu algumas metas. Um Plano de Metas para os Recursos Hídricos do Nordeste (via Fórum?)

Debates

Hipérides: Gestão significa gerenciamento e administração. O cartório é da administração direta: só quem tem o poder de outorga. O fundamental quando se trata de administração de água... deveria haver um concurso para a formação de agentes de bacia, que sejam funcionários de carreira do governo, não pessoas indicadas politicamente. Tem de ter um plano complementar da administração territorial das águas. Caso do Dnocs: tem coisas da sua história que foram fundamentais. O Dnocs tem uma tradição de vazanteiros. Foi esquecido o açude como a célula mãe da política de gerenciamento de bacias. Devemos repensar e montar uma política espelhando na tradição do Dnocs e espelhando nos açudes.

Cirilo: para o semi-árido, a organização de reservatórios é mais importante do que o comitê de bacia. É mais eficaz. Temos muitos rios que cortam regiões distingas.

Vicente: que o Forum de Secretários de Recursos Hídricos se institucionalize e trabalhe coisas como o Plano de Metas e muitos dos temas hoje aqui discutidos. Esse Fórum institucionalizado pode colaborar. Que o Fórum chame também os órgãos regionais, a Sudene e o Dnocs. A União faz a Força.

Garrido: comparação com os Estados Unidos: um país rico, sem pobres, enquanto aqui é o semi-árido com ambiente de pobreza. Trabalhar em articulação com o combate à pobreza é um ponto importante. Então, a questão do combate à pobreza tem de estar na nossa agenda. Uma reunião como a de hoje deveria começar com um painel sobre a questão da qualidade da água no Brasil, estado por estado.

Último comentário, com referência ao Almir Cirilo. Dois comitês no interior de Pernambuco naufragaram, mas as associações de usuários estão aí. Quando buscamos viabilizar o setor de recursos hídricos, chamou-se ao “sacrifício” um setor que tivesse dinheiro. Caso da ANA, tem 0,75% de .. como sua receita. Para que não tenhamos comitês naufragando, refletir sobre sua fonte de receita.

Bruno: os poucos fracassos que temos na história de gestão no Brasil parte, em boa medida, do fato de que houve um voluntarismo na criação de comitês, sem que os problemas fossem devidamente considerados. É preciso fomentar a criação de colegiados onde os problemas existem, onde há uma densidade mínima. Este é um aprendizado do nosso percurso de gestão.

Nossa reunião foi muito rica, densidade de conhecimento. Não temos oportunidade freqüente para fazer isso. Agradece a todos.

Teixeira: concorda com Hypérides que no semi-árido o açude deveria ser a base para a organização. Estamos hoje ampliando essas comissões: além dos usuários (pesquisadores, vazanteiros, irrigantes) o poder público municipal, organizações que lidam com o meio ambiente, para trabalhar não só a distribuição da água mas também a preservação do manancial. O comitê tem o seu lado bom, porque dá uma visão mais ampla, mais estratégica da bacia. Os dois lados são importantes. Devido ao enfraquecimento do Dnocs foram instituídos poderes locais que dominam os açudes, o agente local não quer respeitar a decisão do comitê de bacia. A comissão e o comitê ajudam a quebrar esses paradigmas.

Varella: não há necessidade de mudar a legislação para implementar isso. Os comitês são importantes, mas sua construção tem de ser bem feita. Sobre indicadores: são importantes. Precisamos de indicadores-meio e indicadores de efetividade, com base em metas. A ANA está lançando o Programa Nacional de Avaliação da Qualidade da Água, trabalhando junto com os estados. A meta final é reduzir a pobreza.

Encerramento: 17h30 – 17h45

Brasília 16 de dezembro de 2008.

Antonio Rocha Magalhães

ANEXO

Agenda Final
Abertura: 9h (Representantes da ANA e CGEE)

Sessão I: 9h30 – 11h
Gerenciamento Integrado de Recursos Hídricos. A Experiência Brasileira: aspectos legais e institucionais; instrumentos para o gerenciamento integrado. Desafios.
Moderador: Antonio Carlos Galvão **(**CGEE)
Palestrante Benedito Braga (ANA)
Comentários: João Bosco Senra (Diretor, SRHU-MMA)
Debates

Sessão II: 11h15 às 13h
Gerenciamento de Recursos Hídricos como Instrumento para o Desenvolvimento Sustentável do Nordeste
Moderador: Gertjan Beekman, IICA
Palestrante: Vicente Vieira (UFC)
Comentários:
Raymundo Garrido (BA)
Hypérides Macedo (CE)
Debates

Sessão III:14h às 15h30
O Gerenciamento da Bacia do Rio São Francisco
Moderador: Geraldo José dos Santos (IGAM-MG)
Palestrante: Wilde Cardoso Gontijo Junior, ANA OK
Comentários:
Geraldo José dos Santos (Vice-Diretor Geral, IGAM)
Ana Catarina Pires (Secretária de Recursos Hídricos, Alagoas)
Debates

Sessão IV: 15h45 – 17h30
Painel: Uma Agenda para Avançar no Gerenciamento dos Recursos Hídricos do Nordeste
Moderador: Antonio Carlos Galvão (Diretor CGEE)
Painelistas:
José Almir Cirilo (Secretário Adjunto SRH, PE)
Francisco Teixeira (Presidente COGERH-CE)
Paulo Varela, ANA
Debates

Encerramento: 17h30 – 17h45